

COM AS PRÓPRIAS MÃOS

DECLARAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO AMAZONAS E RORAIMA

OS professores indígenas do Amazonas e Roraima, dos povos Saté, Nambé, Tukano, Baniva, Tókuna, Taurepang, Macuxi, Miranha, Kambeba, Mayourama, Mura, Kokama, Bafé, Marubo, Waimiri-Atroáti, Wapixana, Yanomami e Pira-Tapuia, reunidos em Manaus, Amazonas, nos dias 12, 13, 14, 15 e 16 de julho de 1991, preocupados com a situação atual e futura das escolas indígenas, firmam os seguintes princípios:

1. As escolas indígenas deverão ter currículos e regimentos específicos, elaborados pelos professores indígenas, juntamente com suas comunidades, lideranças, organizações e assessorias.
2. As comunidades indígenas devem, juntamente com os professores e organizações, indicar a direção e supervisão das escolas.
3. As escolas indígenas deverão valorizar as culturas, línguas e tradições de seus povos.
4. É garantido aos professores, comunidades e organizações indígenas a participação paritária em todas as instâncias - consultivas e deliberativas de órgãos públicos governamentais responsáveis pela educação escolar indígena.
5. É garantida aos professores indígenas uma formação específica,

PROFESSORES
INDÍGENAS
CONSTRUINDO
A AUTONOMIA
DE SUAS
ESCOLAS

CIMI

Autores:

Professores Indígenas do Brasil
Setor de Documentação do Cimi – Secretariado Nacional

Edição:

Francisca Picanço Montejo
Juarez Alves Martins
Marta Maria Azevedo

Preparação de originais:

Francisca Picanço Montejo
Benedito Prezia

Revisão:

Ruth Monserrat

Projeto Gráfico:

Benedito Prezia

Pedidos para:

Conselho Indigenista Missionário – Cimi
Caixa Postal 03679
70.084 - Brasília (DF) - Tel.: (061) 225-9457

COM AS PRÓPRIAS MÃOS

PROFESSORES INDÍGENAS

CONSTRUINDO

A AUTONOMIA

DE SUAS ESCOLAS

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHO
INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI

Brasília-DF

1992

conteúdo

Apresentando 4

1 Recordando a História dos Encontros 6

Mapa com a localização dos Encontros e dos povos participantes 15

2 Nascem as Organizações dos Professores Indígenas 16

3 Temas e Debates 19

- A Escola para o indígena e a Escola Indígena 20
- Alfabetização e língua indígena 20
- Etno-conhecimentos 21
- Currículo 23
- Capacitação dos professores indígenas 25

4 A Legislação Brasileira e a Educação 27

- A Constituição 28
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 28
- Documento Final do Grupo de Trabalho Interministerial 28
- Decreto nº 26 28
- Portaria Interministerial nº 559 29

Anexos

- 1 - Portaria Interministerial nº 559, de 16 de abril de 1991 30
- 2 - Documento final do I Encontro Estadual de Educação Indígena do Mato Grosso (maio de 1989) 32
- 3 - Documento final do I Encontro dos Professores Indígenas de Roraima (outubro de 1990) 32
- 4 - Documento final do I Encontro dos Professores Indígenas de Rondônia (novembro de 1990) 33
- 5 - Documento final do III Encontro dos Professores Indígenas do Mato Grosso (novembro de 1990) 33
- 6 - Documento final do IV Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima (julho de 1991) 35
- 7 - Documento final do II Encontro de Professores e Lideranças Guarani Kaiowá sobre Educação Escolar Indígena 36
- 8 - Quadro cronológico dos Encontros 37
- Assessorias aos encontros de Professores Indígenas 39
- Leituras recomendadas 40

apresentando

Professores indígenas brasileiros, este é um primeiro caderno escrito para vocês. Há alguns anos vocês vêm se reunindo por região, por povo, nas aldeias ou cidades, para conversarem e discutirem sobre as escolas e outros assuntos de seu interesse. Agora nós aqui do Cimi resolvemos organizar todas estas reflexões, tudo o que já foi e está sendo discutido, para que estas experiências possam ser compartilhadas entre todos os professores indígenas, inclusive aqueles que não tiveram oportunidade de participar de nenhum encontro ou curso até hoje.

Talvez falte muita coisa, pois escrevemos este caderno baseados nos relatórios e documentos que possuímos aqui. Com certeza há outras coisas que não temos. Como este é o primeiro, e pretendemos publicar outros, pedimos que sempre nos mandem informações, relatórios dos encontros, enfim todo material relacionado à mobilização e às escolas, para que possamos ir atualizando sempre o nosso quadro de informações.

Esperamos que este caderno seja útil para o trabalho e organização dos professores indígenas do Brasil.

1 Recordando a História dos Encontros



Egon Heck

Participantes do IV Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima.

Muitos companheiros indígenas de diversas regiões do Brasil começaram a perceber que o modelo de escola implantado em suas comunidades pelo governo federal através do seu órgão indigenista, a Funai, como pelos governos dos Estados e Prefeituras, por missões evangélicas proselitistas, ou até mesmo por missões religiosas tradicionalistas, não condiz com a realidade de suas comunidades, e, por isto mesmo, não responde aos interesses de alunos e professores indígenas.

Professores Ticuna, do Amazonas, também constataram este fato. Sentiram necessidade de procurar alternativas que solucionassem o problema, abrindo o caminho para uma escola autenticamente indígena, pensada e concretizada pelas próprias comunidades. Com este propósito os companheiros Ticuna procuraram o Cimi Norte I, em Manaus, buscando a realização de um encontro regional onde fosse possível conhecer outros professores, trocar experiências com eles, e conjuntamente buscar uma saída. Assim aconteceu o I Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, realizado em Manaus, de 13 a 18 de maio de 1988. Deste encontro participaram 41 professores, que representavam os povos Ticuna, Sateré-Maué, Makuxi, Wapixana, Kokama, Marubo, Kambeba, Mayoruna, Baniwa, Tukano, Pira-Tapuia e Munduruku. Foi um encontro de grande importância para a história da organização dos professores indígenas. Ele desencadeou uma série de outros encontros que foram acontecendo na própria região e em outros Estados do Brasil.

Os assuntos discutidos pelos participantes deste I Encontro foram muitos. Entre os mais importantes podemos relacionar os seguintes: frente à educação tradicional dos índios, para que serve a escola atual? Que tipo de escolas queremos? O que fazer para chegar até ela?

Estas questões foram discutidas em grupos e mostraram a importância de fortalecer a articulação dos professores, inclusive realizando-se novos encontros onde se pudessem aprofundar as discussões. O próximo encontro foi marcado lá mesmo para 11 a 15 de julho de 1989.

O professor Genival, do povo Mayoruna, quando avaliou este I Encontro falou: *"Agradeço a todos os presentes. Estava muito curioso para saber as experiências de vocês. É por aqui que devemos começar a nossa luta para chegar onde queremos, à escola que queremos, para sermos dono da bola amanhã"*.

O II Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima aconteceu na data prevista, em julho de 1989. Dele participaram 31 professores vindos dos povos Ticuna, Kokama, Kambeba, Makuxi, Mayoruna, Wapixana, Sateré-Maué, Tariano, Desana, Baniwa, Tukano e Manxineri. Este II Encontro serviu para dar continuidade à troca de experiências entre os participantes e para avaliar os avanços ocorrido após o primeiro.

Na ocasião os participantes escreveram um documento onde definiram que a escola ideal "deve ser voltada para a cultura de cada povo, respeitando os costumes, tradições, línguas e crenças dos povos indígenas".

Um dos momentos mais importantes do encontro foi um debate sobre organizações indígenas e educação, com a participação de representantes de diversas organizações regionais. Os professores decidiram criar uma comissão que ficasse responsável pelos encaminhamentos que fossem necessários e, inclusive, preparasse o próximo encontro. A comissão funcionou de fato e organizou o III Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima que se realizou de 19 a 22 de julho de 1990 em Manaus.

Avaliando o caminho percorrido desde o I Encontro, o professor Gersen dos Santos, do povo Baniwa, declarou que a tarefa não tem sido muito fácil, pois no começo até mesmo os professores indígenas desconfiavam da viabilidade do projeto.

Dois índios do povo Yanomami participaram das discussões e alertaram para o massacre que continuava ocorrendo por causa de presença dos garimpeiros em suas terras, e pela total omissão do governo Collor. Uma das deliberações desta reunião foi a transformação da Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima (Copiar) em comissão permanente.

Dando continuidade a esse processo de troca de experiências, os professores indígenas do Amazonas e Roraima, representantes dos povos Mura, Kokama, Mayoruna, Miranha, Tikuna, Kambeba, Pira-Tapuia, Makuxi, Wapixana, Taurepang, Waimiri-Atroari, Yanomami, Sateré-Maué e Baniwa realizaram seu IV Encontro em Manaus, no período de 12 a 16 de julho de 1991. O Encontro foi inteiramente preparado pela Comissão dos Professores Indígenas (Copiar) que era formada na época pelos professores Gersen (Baniwa), Nino (Tikuna), Álvaro (Sateré-Maué) e Enilton (Wapixana).

O encontro teve avanços importantes e discussões muito ricas, consolidando o movimento dos professores indígenas e tornando-o cada vez mais autônomo.

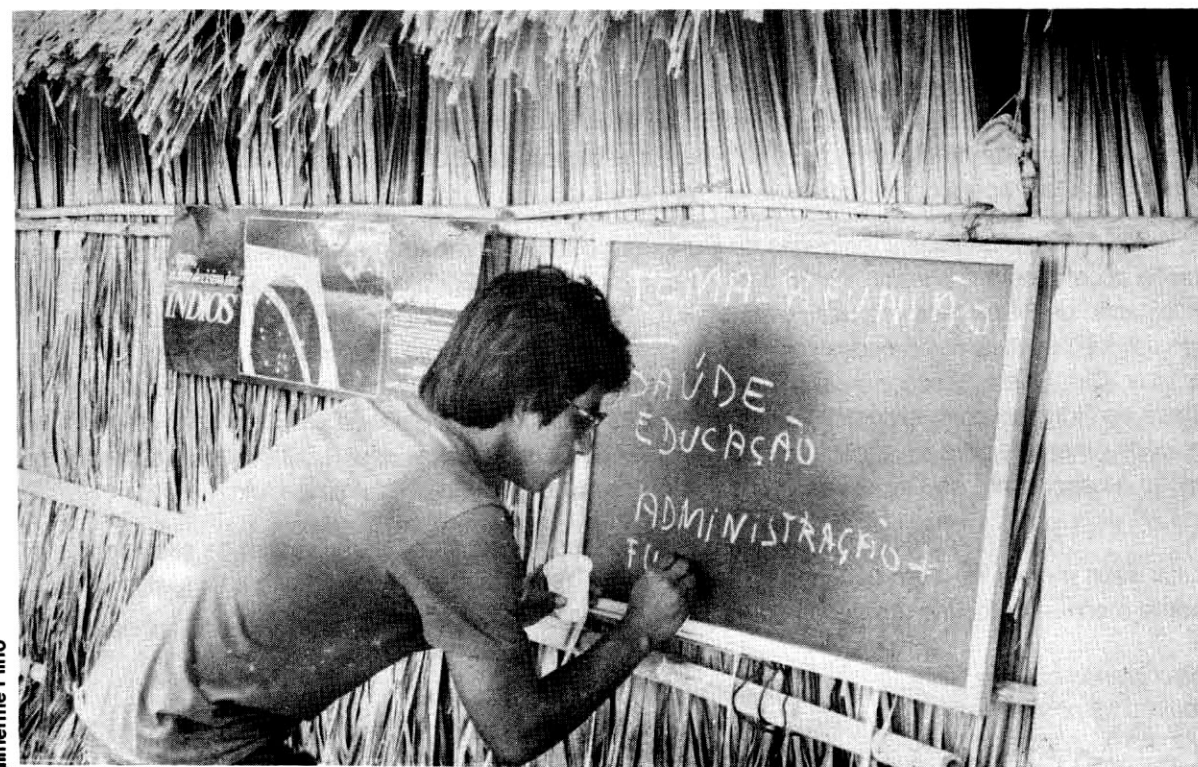
Este IV Encontro contou com a participação de 43 professores, lideranças e estudantes indígenas. No final a Copiar foi outra vez criada e foram escolhidas 5 professores, cada um representando uma região: Gersen (Baniwa) Alto Rio Negro; Genival (Mayoruna) Médio Solimões; Lúcio (Sateré-Maué) Baixo Amazonas; Alírio (Tikuna) Alto Solimões.

Os professores, preocupados com a situação atual e a perspectiva futura das escolas indígenas, firmaram vários princípios:

- as escolas indígenas deverão ter currículos e regimentos específicos elaborados pelos professores indígenas, juntamente com suas comunidades, lideranças, organizações e assessorias;
- as escolas indígenas deverão valorizar as culturas, línguas e tradições de seus povos;
- deve ser garantida aos professores, comunidades e organizações indígenas a participação paritária em todas as instâncias – consultivas e deliberativas de órgãos públicos governamentais responsáveis pela educação escolar indígena;
- deve ser garantida aos professores indígenas uma formação específica, atividade de reciclagem e capacitação periódica para o seu aprimoramento profissional;
- as escolas indígenas deverão atuar junto com as comunidades na defesa, conservação, preservação e proteção de seus territórios.

Em várias regiões do país começaram a acontecer outros encontros, já no primeiro semestre de 1989. No mês de maio desse ano, em plena área indígena Paresi, foi realizado o I Encontro de Professores Indígenas do Mato Grosso, reunindo 34 professores dos povos Karajá, Xavante, Bororo, Bakairi, Paresi, Kayabi, Apiaká, Munduruku, Rikbaktsa, Nambikuara, Terena e Tikuna. O objetivo deste encontro foi elaborar e encaminhar propostas para uma política nacional de educação indígena, que garantisse o direito a uma educação escolar específica e diferenciada, respeitando a cultura e autonomia dos povos indígenas. Ao final deste primeiro encontro os participantes aprovaram um documento onde se reivindicava que o Ministério da Educação assumisse o financiamento das escolas indígenas; que era urgente criar condições para que essas escolas fossem de fato bilíngües e interculturais; que deveria haver isonomia salarial entre professores indígenas e não-indios. Outra exigência foi de que a sociedade deveria se reeducar para romper com a histórica discriminação em relação aos povos indígenas.

Apenas três meses depois, em agosto de 1989, os companheiros professores do Mato Grosso voltaram a se reunir em seu II Encontro. Participaram os povos Bakairi, Paresi, Nambikuara, Kayabi, Bororo, Xavante, Rikbaktsa, Apiaká e Munduruku, totalizando 32 pessoas. A reunião aconteceu no Posto Indígena Aroeira, área do povo Nambikuara. Ao final foi elaborado um documento que completava o anterior e que foi encaminhado ao Congresso Nacional. Este documento pede que a educação escolar indígena esteja ligada ao Ministério da Educação, exige que a política nacional de educação indígena contemple a participação ampla de todas as pessoas envolvidas em comunidades indígenas.



Curso de Lideranças na aldeia Bororo (1987).

O III Encontro dos Professores Indígenas do Mato Grosso aconteceu em 1990, de 3 a 10 de novembro, em Cuiabá. Compareceram 30 professores dos povos Paresi, Nambikuara, Kayabi, Apiaká, Munduruku, Iranxe e Umutina. Após os 7 dias que durou a reunião muitas conclusões foram tiradas, algumas muito inovadoras. No documento final os companheiros do Mato Grosso afirmam: "Vimos também que a merenda escolar muitas vezes é inadequada ao tipo de alimentação que as comunidades costumam ter. Queremos ter a possibilidade de, em vez da merenda, recebermos uma verba para a criação de galinhas ou porcos, para a escola". Foi a primeira vez que, além de se discutir currículo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), educação bilíngüe e intercultural e outras questões importantes, também se conversou sobre a alimentação dos alunos, assunto muito importante e ao qual não se tem dado a atenção merecida.

No período de 3 a 10 de maio de 1991, os professores indígenas do Mato Grosso voltaram a se reunir na aldeia Xavante de São Marcos, para discutirem a problemática da educação escolar hoje existente nas áreas indígenas. Participaram do encontro 36 professores dos povos Xavante, Bororo, Rikbaktsa, Tapirapé e Mýky. Deste curso/encontro surgiram novas idéias e conclusões:

- nas escolas indígenas se deve falar também sobre a cultura dos outros povos indígenas, precisa haver discussão para melhorar as escolas indígenas, que devem ser voltadas para a sua cultura;
- a escola deve ser do índio mesmo; o índio mesmo deve ser o professor;
- para melhorar as escolas, deve ser assegurada assessoria aos professores indígenas para capacitá-los;
- o professor indígena não deve ser tratado como monitor, porque nós somos professores;
- as leis sobre educação devem ser feitas pelas comunidades indígenas;
- as escolas indígenas devem ser reconhecidas pelos Estados e governantes;
- é necessário ter mais cursos para os professores e troca de experiências;
- os Estados e o governo federal devem garantir recursos para o desenvolvimento das escolas e para a formação dos professores.

Os professores e alunos Tapirapé também se reuniram na própria aldeia, entre 9 e 20 de dezembro de 1991, com uma assessora de lingüística e com os professores Nice e Luís, para estudar como fazer um dicionário Tapirapé e como trabalhar, na escola, a gramática da sua língua materna. Foi muito importante esse trabalho, pois todos juntos fizeram uma ficha de classificação zoológica, que vai permitir fazer a parte do dicionário que se refere aos bichos. Também estudaram várias outras coisas da gramática tapirapé e do português.

Os professores indígenas de Roraima decidiram também realizar um encontro próprio. A reunião aconteceu em Surumu, de 26 a 28 de outubro de 1990. Foi um grande acontecimento, com a participação de 84 professores dos povos Makuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó. A realização do encontro foi iniciativa dos próprios professores indígenas, com o apoio do Conselho Indígena de Roraima (Cir). Deste I Encontro saíram três documentos: um foi enviado à Secretaria de Educação e Cultura de Roraima com reivindicações de categoria; outro foi encaminhado ao Congresso Nacional propondo emendas para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); o terceiro documento registra o nascimento da Organização dos Professores Indígenas de Roraima – Opir.

Até o homem branco chegar, as sociedades indígenas não precisavam da escrita para educar seus membros. A fim de lembrar Gabriel Viriato Raposo, que foi um grande líder Makuxi, durante o encontro foi lido um trecho do depoimento prestado por ele.

*Mas o branco chegou
e roubou as nossas terras:
e o índio não podia mais caçar.
Falou que as terras boas eram dele;
falou que os peixes
dos rios e dos lagos eram deles.
Depois trouxe as doenças.
Depois aproveitou das nossas mulheres!
E o índio revoltou-se.
Então o branco matou nossos avós,
matou-os, massacraramos muito.
E o índio fugia tão ligeiro
como a coisa mais ligeira.
E então, índio entendeu
que o Deus dos brancos era ruim.*

*Depois, o branco voltava
dizendo que ele era bom,
que queria morar perto de nós,
e nós ficávamos contentes.
Dizia:
– “Compadre, é bom que eu esteja aqui.
Eu não levo embora as tuas terras.
E enquanto estou aqui,
terá carne para você
e para teus filhos.”
E o índio dizia:
“Tá bom, dono fica aqui.”
O branco prometia e não dava,
e continuava a tirar as nossas terras.
Dizia que as terras eram dele,
que o veado era dele,
que o peixe era dele,
e que tudo era dele.
E o índio tinha muita fome.
Você sabe o que é a fome?
A fome não é brincadeira, sabe?
Eu te digo, a fome não é brincadeira.*

(Gabriel Viriato Raposo Makuxi
trecho de um depoimento prestado em 1965).



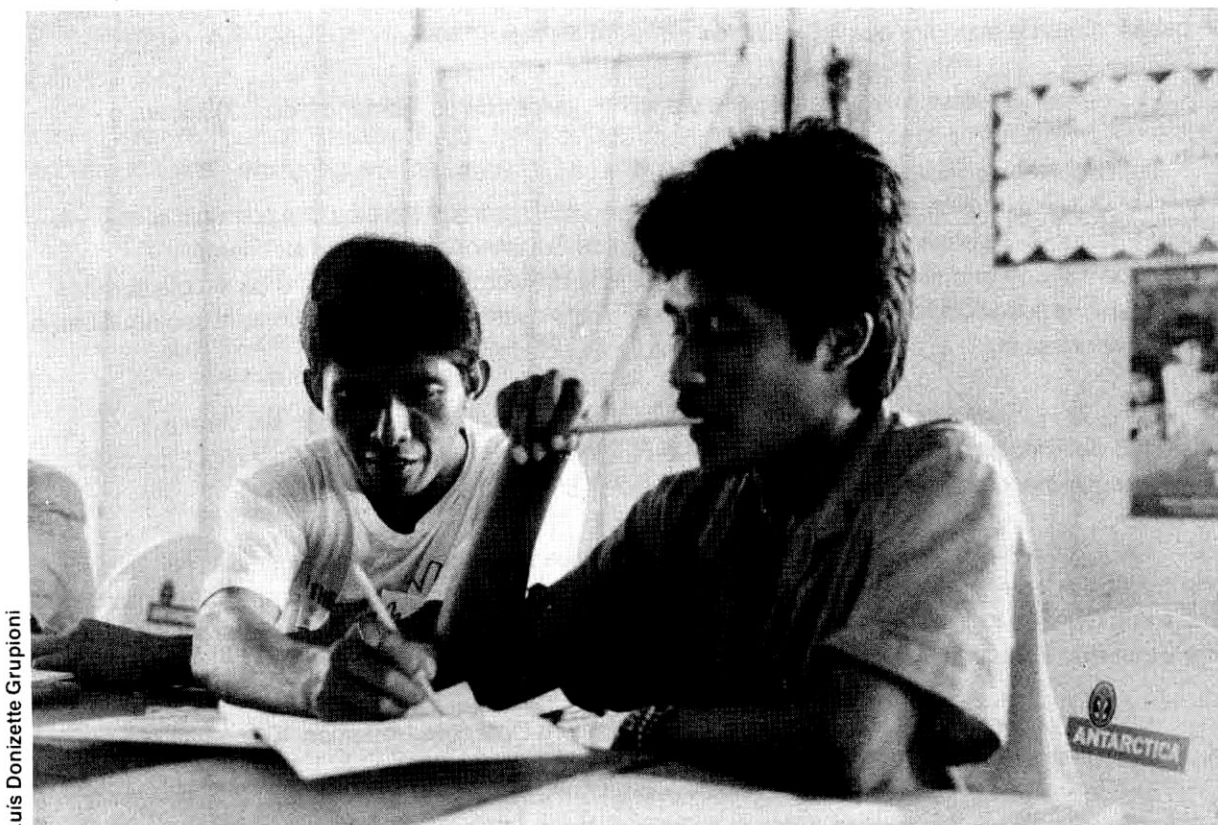
Desenho de Adelson Makuxi, 67 anos.

Durante os dias 2 a 7 de outubro de 1991 estiveram reunidos na Maloca da Raposa (Povo Makuxi), em torno de 150 professores que trabalham em escolas indígenas em Roraima. Eram mais ou menos 120 professores índios e 30 não-índios. Esse encontro massivo dos professores indígenas de Roraima teve como objetivo principal discutir os problemas que afetam ou que estão ligados às escolas propriamente ditas. Os assuntos mais discutidos foram a legislação educacional indígena e o movimento dos professores indígenas.

OUTROS ENCONTROS SE SUCEDEM

Seguindo o exemplo dos parentes dos outros Estados, Rondônia também realizou seu I Encontro dos Professores Indígenas em Vilhena, de 3 a 8 de novembro de 1990. Os povos que participaram foram: Karitiana, Parintintim, Tenharim, Uru-eu-wau-wau, Arara, Gavião, Cinta Larga, Suruí, Tupari, Nambikuara, Kitâulu, Aikanã, Sabanê, Terena, num total de 17 pessoas. Uma das preocupações principais destes professores foi com a necessidade de escolas também para os adultos, pois segundo eles, “se é adulto que faz as coisas, por que a gente faz escolas só para as crianças e não para os adultos?” Concluíram também que “a saúde faz parte da educação, e por isso precisamos de cursos especiais, de recursos necessários”. Manifestaram ainda a preocupação com a demarcação e homologação das terras indígenas e com a preservação do meio-ambiente.

Novamente os professores de Rondônia se reuniram em seu I Curso para Formação e Capacitação, que foi realizado em Piraculina, município de Vilhena (RO), no período de 13 a 24 de abril de 1991. A proposta do curso surgiu dos próprios índios em novembro de 1990, durante o I Encontro dos Professores Indígenas de Rondônia. Participaram 16 índios de 10 nações: Tenharim, Parintintim, Karitiana, Cinta Larga, Nengorotê, Sabanê, Suruí, Jaboti e Tupari. O objetivo do curso foi capacitar os participantes na área de linguagem (língua portuguesa, língua indígena e matemática) junto aos seus povos.



Luís Donizette Grupioni

I Encontro de Professores Indígenas de Rondônia.

Entre as atividades realizadas durante o encontro destacamos as seguintes:

- estudo da cartografia da aldeia de origem;
- elaboração de narrativas em português para treinamento das convenções ortográficas (pontuação), treinamento de leitura e escrita;
- exercício com paradigmas verbais e nominais (tempo, pessoa e gênero);
- apresentação do quadro fonético com exercícios para produção e discriminação dos sons, e posterior elaboração pelos alunos de mini glossário zoológico em suas respectivas línguas.

Como proposta de continuidade os participantes solicitaram cursos de 3 a 4 dias em suas respectivas aldeias; e também encontros de 3 a 4 dias para trocar experiências, estudar, e conhecer melhor a realidade de cada nação, e assim sentirem-se capacitados como profissionais indígenas.

No período de 22 a 24 de setembro de 1990 os professores Terena realizaram em Mato Grosso do Sul um encontro onde se discutiu como a educação escolar deve ser. Concluíram que as escolas devem ser bilíngües e que a alfabetização deve ser feita na língua indígena.

Em fevereiro de 1991, realizou-se o I Encontro dos Professores Indígenas e Não-Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, com o apoio da Secretaria de Educação. Foram discutidas a importância da mobilização dos professores indígenas no Estado e a questão do currículo, que é imposto pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e é inadequado para as escolas indígenas. Conversou-se bastante sobre a necessidade de os currículos serem específicos e elaborados com a participação de toda a comunidade. Foi discutida também a questão da alfabetização em língua indígena. Participaram professores Terena, Guarani Kaiowá e Guarani Nhandeva.

Os líderes indígenas representantes de 19 aldeias Terena, conjuntamente com a Comissão Interinstitucional de Implantação do Programa de Educação Indígena, reuniram-se no Centro de Fundação Rural de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul, nos dias 12, 13 e 14 de julho de 1991, com o objetivo de analisar as sugestões contidas no documento elaborado pelos 66 professores indígenas que participaram do encontro que foi realizado em setembro de 1990, em Campo Grande (MS).

As sugestões foram avaliadas e discutidas pelos líderes indígenas, que decidiram o seguinte:

a - Ampliar as sugestões em pauta, que solidificam os anseios das comunidades indígenas do povo Terena do Estado do Mato Grosso do Sul, manifestadas por 42 líderes, convertendo-as em Propostas de "Alfabetização Indígena do Mato Grosso do Sul e da escola que nós indígenas queremos ter, onde buscaremos resposta firme e confiável para readquirir o nosso equilíbrio e reconquistar nossa cultura, destruídas no contato com a sociedade nacional".

b - Reconhecer a legitimidade da proposta ora apresentada, tendo em vista a Declaração de Princípios do Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre a Educação Indígena, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 559, de 16 de abril de 1991.

A exemplo de outras experiências e motivados pelas garantias asseguradas na Constituição Federal e pela movimentação de várias organizações indígenas, algumas lideranças e professores Guarani Kaiowá organizaram o I Encontro de Professores e Lideranças Guarani Kaiowá sobre Educação Escolar Indígena. Eles tiveram o apoio e a assessoria do Cimi de Dourados (MS).

O encontro foi realizado na Vila São Pedro, em Dourados, reunindo 40 professores e lideranças Guarani Kaiowá no período de 7 a 9 de junho de 1991.

O objetivo principal do encontro foi estudar as leis que lhes garantem os direitos quanto à educação escolar e reflexão sobre a realidade escolar de cada área.

Durante as discussões, professores e lideranças levantaram propostas de como gostariam que fosse uma escola realmente indígena para seu povo. As propostas mais importantes foram anotadas no documento que elaboraram no final do encontro:

- "Queremos uma escola própria do índio, nas comunidades, dirigidas por nós mesmos, índios Kaiowá e Guarani, com professores do nosso próprio povo, que falam a nossa língua e que estão interessados em aprender sempre mais.
- Nossa escola deve ser uma casa igual às nossas casas. A comunidade deve decidir o que vai ser ensinado na escola, como vai funcionar a escola e quem vão ser os professores.
- A nossa escola deve ensinar o *nande reko* (nosso jeito de viver, nossos costumes, crenças, tradição, nosso jeito de educar nossos filhos, de acordo com o nosso jeito de trabalhar e com nossa organização). Para isso precisamos ensinar na nossa própria língua guarani. Mas precisamos também aprender alguma coisa do "branco" (português, como segunda língua, as leis e outras coisas que nos interessam).
- Queremos que novos encontros como estes aconteçam para dar seguimento nessa caminhada, e que estas decisões deste Encontro sejam reforçadas no **Aty Guasu** e discutidas nas comunidades".

Entre 15 e 25 de outubro de 1991 reuniram-se 27 professores indígenas Guarani e Kaiowá, num novo curso/encontro na Vila São Pedro (Dourados-MS), para aprofundar as discussões sobre suas escolas e sobre o estudo da própria língua. Durante o curso eles traduziram para o guarani o texto que tinham elaborado em português num encontro anterior. Gostaram muito deste trabalho, porque puderam entender mais como é que se pode criar novas palavras que a gente necessita na língua materna indígena e que antes não se precisava.

Novamente no Mato Grosso do Sul, na aldeia Limão Verde, entre os dias 7 e 10 de novembro de 1991 os professores e lideranças Guarani Kaiowá realizaram o seu II Encontro que teve como objetivo discutir e traçar os princípios da educação escolar.

Durante esta reunião foram estabelecidos alguns princípios para todas as escolas Guarani Kaiowá, reunidos depois no documento final do encontro, que reafirma o documento do I Encontro realizado em junho em Dourados (MS). Entre esses princípios destacam-se os seguintes:

- Os professores Guarani Kaiowá devem ser escolhidos por cada comunidade, junto com suas lideranças, e ter uma capacitação específica, não sendo exigidas deles as mesmas qualificações dos brancos.
- Os currículos escolares devem respeitar os costumes e tradições das comunidades Guarani Kaiowá e devem ser elaborados pelos próprios professores juntamente com as lideranças e comunidades.
- Os municípios, Estado e União devem aceitar e seguir as propostas apresentadas pelos professores indígenas em seus programas educacionais.

No final do encontro os Guarani Kaiowá falaram que querem continuar se reunindo para discutir e fortalecer sempre mais a educação escolar verdadeiramente indígena.

Os Kulina do Acre também vêm-se reunindo desde 1985 quando participaram do I Curso para Formação de Monitores de Alfabetização em Língua Kulina. O curso realizou-se no município de Plácido de Castro (AC), no período de 23/11 a 22/12/1985, reunindo representantes das aldeias de São Bernardo, Maronahua, Sobral, Santo Amaro, Santa Júlia do rio Purus, Igarapé do Anjo, Cacau, Igarapé

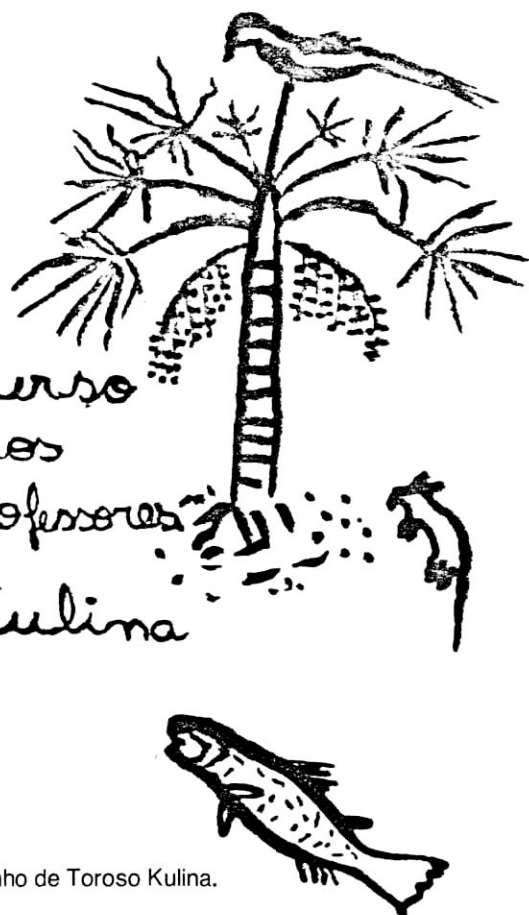
Preto, Acuraua e Eiru, totalizando 14 Madijá alfabetizados na língua materna (alguns já exercendo função de alfabetizadores em suas comunidades). O objetivo do curso foi a padronização da ortografia, a transmissão de noções básicas de matemática, saúde, legislação indígena e história regional.

Novamente os Kulina voltaram a se reunir para dar continuidade no processo de formação e capacitação. Em 1987 realizaram o seu II Curso de Formação e Reciclagem. Participaram 18 monitores Kulina de 12 aldeias diferentes.

Os objetivos deste curso foram os seguintes:

- orientar pedagogicamente aqueles que passam a assumir a alfabetização em kulina nas aldeias;
- abordar o assunto saúde como tema geral, referindo-o às demais questões;
- terra, educação, situação política, enfatizando a parte preventiva da saúde;
- elaborar junto com os monitores, materiais didáticos específicos a serem utilizados nas escolas;
- mostrar os instrumentos legais que os Kulina podem utilizar para defenderem seus direitos como povo, ou seja, a legislação referente às populações indígenas.

Curso
dos
Professores
Kulina



Desenho de Toroso Kulina.

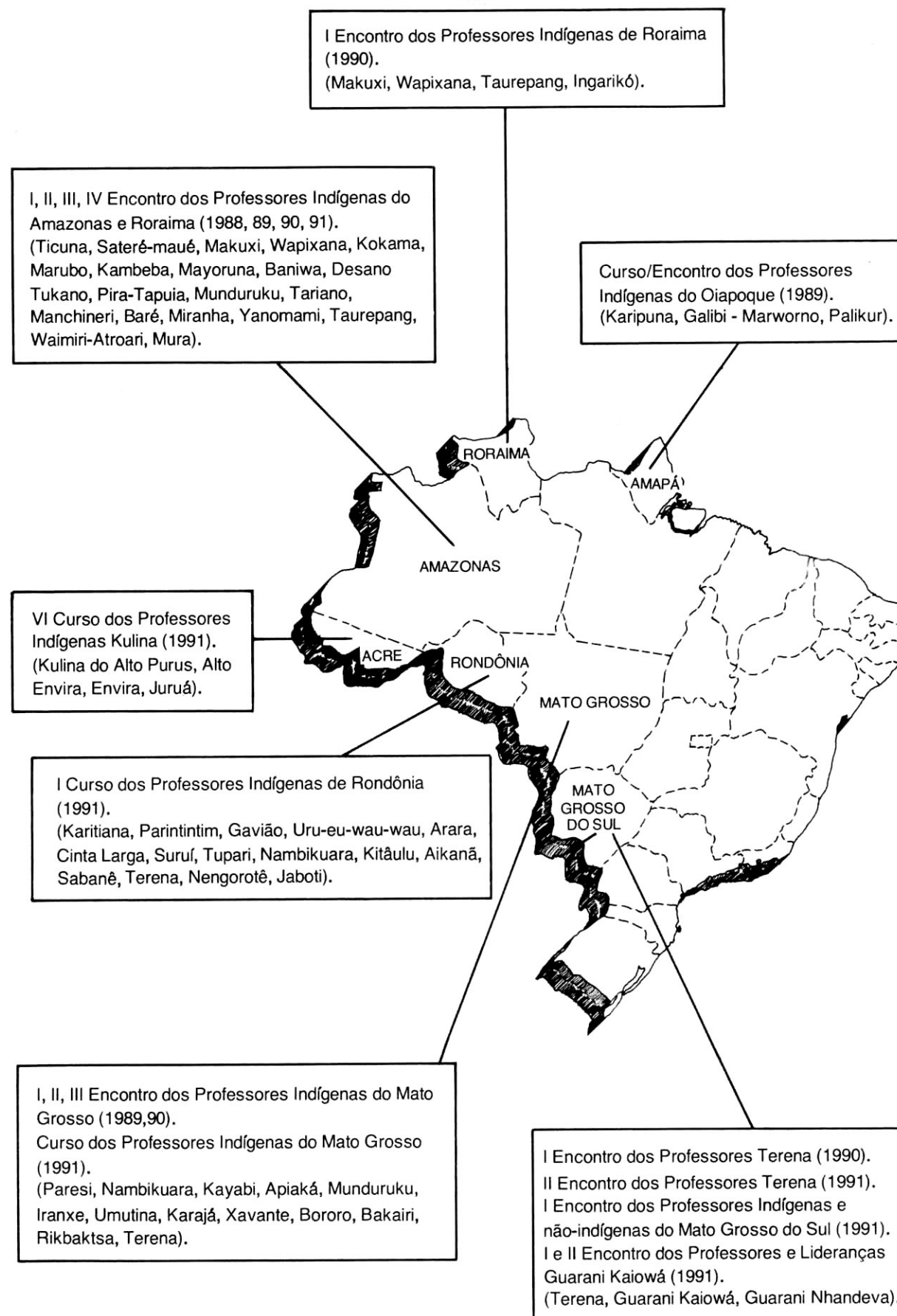
No período de 1 a 29 de novembro de 1991, na Fundação Cultural, em Rio Branco (AC), os professores indígenas do Alto Purus, Alto Envira, Envira e Juruá, realizaram o seu VI Curso que teve como objetivo a formação e capacitação dos professores para darem aula, como difusores dos conhecimentos adquiridos e sistematizadores dos conhecimentos próprios. Fez-se também uma avaliação da educação escolar Kulina.

No final do curso todos enfatizaram a importância de se reunir e aprender mais para poder ensinar melhor.

Os professores indígenas Karipuna, Galibi-Marworno e Palikur realizaram um curso/encontro no período de 1º a 12 de março de 1989 na aldeia do Manga, município de Oiapoque (AP). Participaram 17 professores que analisaram e avaliaram o processo da escola em língua indígena. Foram discutidos os seguintes assuntos: alfabetização na língua própria de cada comunidade; preparação e capacitação dos professores. Conversou-se também sobre o tipo de escola que estes professores desejam para as suas comunidades.

Esta seqüência de encontros ensinou uma lição: é preciso que os professores indígenas de todo o Brasil se conheçam, se articulem e se organizem para que sua voz seja ouvida.

Os problemas apontados foram semelhantes em todos os Estados. Então é necessário que vocês se reúnam cada vez mais, buscando soluções comuns para os problemas, andando em direção de uma escola verdadeiramente indígena, pensada, dirigida, realizada por vocês, do jeito de vocês.



2

Nascem as Organizações dos Professores Indígenas



II Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima.

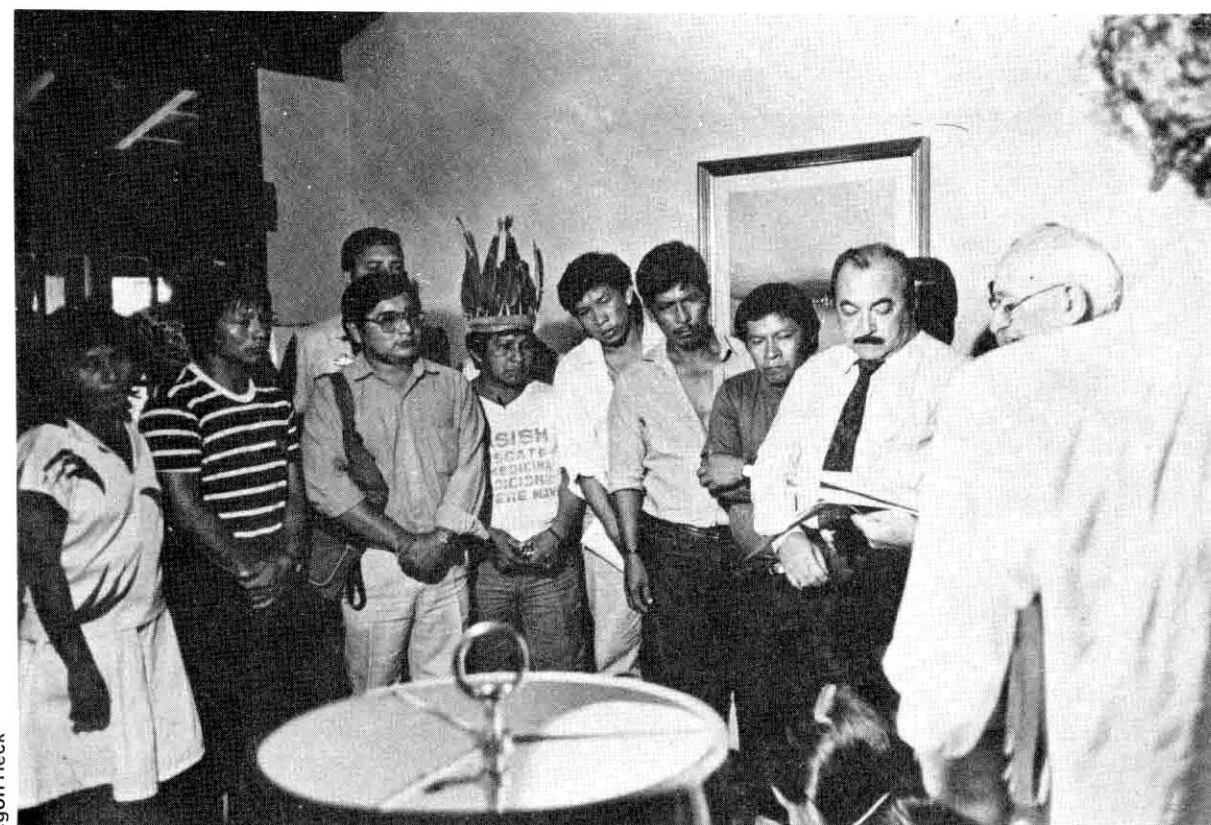
Como decorrência natural deste processo de articulação começaram a ser criadas as Associações e Organizações de Professores Indígenas. Estas organizações estão sendo locais ou regionais. Algumas contam com personalidade jurídica, outras funcionam sem terem necessidade do reconhecimento legal.

ORGANIZAÇÃO GERAL DOS PROFESSORES TICUNA BILÍNGÜES (OGPTB)

Em 1983 os professores Ticuna fizeram sua primeira reunião, na aldeia de Santa Inês (AM). O principal objetivo desta reunião foi discutir formas de pressionar a Funai e as prefeituras da região a pagarem os salários dos professores. Foi um primeiro passo para a criação da OGPTB, que aconteceu em novembro de 1986. Esta associação conta com uma diretoria composta por três membros, eleitos em assembléia geral. Há também um regimento interno que regula seu funcionamento. Os diretores reúnem-se a cada mês para discutirem a questão educacional e tomarem posição frente à Funai e prefeituras, quando necessário. A primeira diretoria foi toda demitida, assim que tomou posse, por um ato da presidência da Funai. Esta demonstração de violência e perseguição política fez com que os companheiros professores Ticuna se unissem ainda mais e consolidassem a sua organização.

COMISSÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO AMAZONAS E RORAIMA (Copiar)

Esta comissão foi criada em 1989, durante a realização do II Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima. Os dois primeiros encontros foram organizados pelo Cimi, a pedido dos professores. No II Encontro os participantes decidiram que eles mesmos iriam organizar o terceiro. Para isto foi eleita uma comissão, à qual se deu o nome de Copiar. A comissão preparou com eficiência o III Encontro e durante sua realização foi transformada em comissão permanente, para tornar mais eficaz a articulação dos professores com as demais organizações indígenas do Amazonas e Roraima. Após o IV Encontro foram escolhidos os novos cinco membros para preparar o V Encontro que será realizado em outubro de 1992, em Roraima; também ficaram com a função de viajar para regiões onde os professores ainda não participam do movimento.



Reunião de professores e lideranças indígenas com o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho (1991).

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DE RORAIMA (Opir)

No II Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, alguns professores vindos de Roraima começaram a cultivar a idéia de criar uma organização em seu Estado. Esta idéia foi amadurecendo, e durante a realização do I Encontro dos Professores de Roraima os participantes criaram sua própria associação. Na ocasião foi eleita a coordenação, composta por seis membros. É interessante notar que se fez questão de eleger três homens e três mulheres para compô-la. Foi também indicada uma comissão provisória para preparar uma proposta de regimento interno.

A Opir reúne cerca de 120 professores índios. Na sua II Assembléia, que foi realizada na Maloca da Raposa (Makuxi) nos dias 2 a 7 de outubro de 1991, os professores discutiram problemas das escolas, legislação, ensino e o estatuto da própria Opir.

Um dos momentos importantes da assembléia foi a discussão da proposta do Estatuto da Opir, elaborada por uma comissão de professores. Uma das decisões mais sérias, tomada por unanimidade foi o desligamento da Opir do Conselho Indígena de Roraima (Cir). Também se decidiu pela não participação dos professores não-índios na Opir, a não ser como apoio e articulação.

A atual coordenação da Opir exercerá suas funções por mais um ano, até a próxima assembléia.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS SATERÉ-MAUÉ (Opism)

Os Professores Indígenas Sateré-Maué também decidiram criar sua própria organização para fortalecer a sua luta e a articulação com outros professores indígenas. É um espaço onde se reúnem para discutirem os problemas e os avanços do ensino escolar em suas aldeias.

3 *Temas e Debates*



Egon Heck

IV Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima.

Todos os encontros até agora realizados foram apoiados e assessorados por entidades aliadas dos índios e por pessoas ou grupos especializados existentes dentro das universidades. Além de discutirem os problemas enfrentados no gerenciamento de suas escolas, os professores indígenas vêm utilizando esses encontros também para refletirem sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e para se manifestarem politicamente. Desse modo sua mobilização é parte integrante do movimento indígena brasileiro, e muito tem contribuído para a redefinição da política educacional oficial.

A ESCOLA PARA O INDÍGENA E A ESCOLA INDÍGENA

Estes encontros e cursos visam também à formação e capacitação técnica e política dos professores a fim de que eles possam assumir a condução de suas escolas. Muitos já estão elaborando currículos, materiais didáticos, modificando conteúdos, desenvolvendo e experimentando métodos próprios de ensino/aprendizagem. As comunidades estão envolvidas neste processo de mudanças das escolas, pois há diálogo entre professores, líderes e membros destas comunidades. Em muitos casos a comunidade participa diretamente da escola, ensinando os conhecimentos tradicionais, a língua própria e o artesanato.

Da escola "para indígenas", pensada e imposta pela sociedade não-índia, estamos passando para a "escola indígena", pensada e implementada pelos próprios índios. A médio e longo prazo, através desta nova escola que visa ser verdadeiramente indígena, vocês professores estarão formando a comunidade toda. Através da mudança de conteúdos, metodologia, podem e estão afirmando sua identidade, sua alteridade étnica, isto é, diversidade cultural. A afirmação da identidade carrega em si, como consequência, a organização. A organização permite caminhar rumo à autonomia. Por isso é preciso encarar a proposta de trabalho dos professores indígenas como algo diretamente ligado e em função da organização e autonomia de seus povos.

ALFABETIZAÇÃO E LÍNGUA INDÍGENA

"Eu penso que seria melhor nós ensinar os nossos filhos a falar a nossa língua na escola e depois para quebrar o galho e não ficar de fora da civilização, ensina o português".

Marçal de Souza Guarani

Atualmente existem no Brasil aproximadamente 200 povos indígenas falando cerca de 170 línguas diferentes.

A Constituição Federal reconhece, no artigo 231, que os povos indígenas no Brasil são diversos e cada um possui sua cultura, seu modo de organização social, sua língua, seus costumes, o que os diferencia uns dos outros.

O respeito aos direitos indígenas tem que começar pelo cumprimento da Constituição. Os povos indígenas têm todo o direito de usarem suas línguas próprias nas escolas, bem como de terem processos próprios de ensino/aprendizagem. Está na hora da escola deixar de ser um meio de imposição de valores e conhecimentos dos não-índios.

A língua é a coluna vertebral de uma cultura. Quem deixa de falar a própria língua é como um peixe fora d'água. Por isso temos que lutar e preservar nosso próprio idioma. Isso está acontecendo. Vocês todos, através dos seus encontros, demonstram esse anseio de reforçá-lo ou recuperá-lo, de falar e ensinar em suas próprias línguas. Isto fortalece a organização e a união dos professores e dos povos indígenas.

De todos esses encontros, alguns objetivos comuns se destacam e fortalecem o processo de alfabetização nas línguas maternas. São decisões de:



A. C. Moura

Alunos da escola indígena na aldeia Tapirapé (MT).

- utilizar a língua como meio principal de alfabetização e o português como segunda língua e língua de relação intercultural;
- desenvolver a alfabetização de acordo com a realidade cultural, social e linguística de cada povo;
- recuperar e fortalecer o uso das diversas línguas indígenas;
- organizar os cursos de alfabetização em função da disponibilidade de cada comunidade;
- estimular a afirmação da identidade étnica e cultural de cada povo;
- resgatar a memória histórica e assim valorizar a sua própria língua;
- refletir sobre as diversas formas de dominação da sociedade envolvente e sobre os direitos que os povos indígenas tem de se organizar e lutar pela sua sobrevivência e autonomia.

ETNO-CONHECIMENTOS

Como ensinar matemática, português, história, geografia, ciências nas escolas indígenas? Esta pergunta tem sido feita e muitas respostas começam a surgir. Muitos vêm pensando em maneiras melhores e mais eficientes de abordar essas matérias.

Em primeiro lugar, esses conhecimentos que se ensinam nas escolas devem partir dos conhecimentos da própria comunidade. A geografia por exemplo: toda comunidade indígena sabe o que é montanha, campo, floresta, capoeira, lago, rio, cerrado ou planície. Existem nomes nas línguas indígenas para se referir a essas coisas. As pessoas de suas comunidades sabem desenhar na terra os limites geográficos de seus territórios, não sabem? Portanto já possuíam o conhecimento da geografia, antes do contato com o branco, antes da escola. Essa geografia tradicional chamamos de etno-geografia, e temos que partir desta para ensinar outros conhecimentos geográficos na escola. Assim é com todas as outras matérias e com a matemática também, pois cada povo indígena tem sua maneira própria de contar. Os Nambikuara contam assim:

- 1 = Kanakanasxa
- 2 = ka'ixi
- 3 = ha'ixikanaki
- 4 = ha'ixi'ha'ixi
- 5 = ha'ixi'ha ixikanaki

Os Paresi contam assim:

- 1 = hatita
- 2 = hinamã
- 3 = hanamã
- 4 = zalokoá
- 5 = kahitihalakoakahezanekikoã

Os Munduruku contam assim:

- 1 = pon
- 2 = xepxep
- 3 = ebapon
- 4 = ebadipdip
- 5 = ponponbi
- 6 = ponponbi-it
- 7 = ponponbi-xet-xet
- 8 = ponponbi-ebapon
- 9 = ponponbi-ebadipip
- 10 = xepxepondi

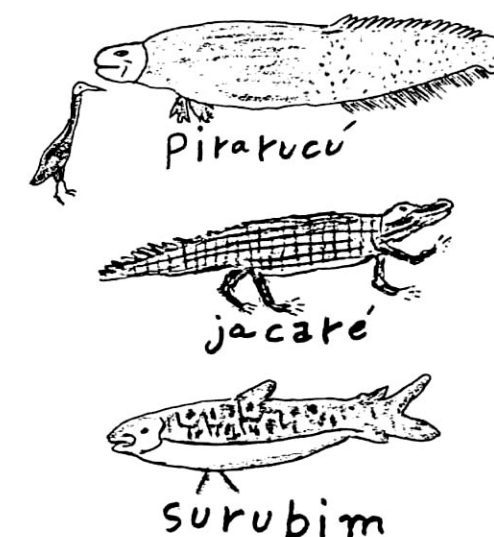
Outros povos indígenas possuem outras maneiras de contar, próprias e diferenciadas. Para se fazer uma casa, com toras de madeira e cobertura de palha, o terreno tem que ser medido, tem que se saber qual é o centro da casa, as medidas das madeiras que vão sustentar o peso do teto, assim por diante. Esses conhecimentos e cálculos matemáticos para a construção de qualquer casa já existiam antes da escola. Então devemos partir desta etno-matemática, tradicional, que todos possuem, para a matemática ensinada na escola, para ensinar as quatro operações (soma, multiplicação, subtração e divisão).

Da mesma maneira existe a etno-história específica e tradicional de cada povo indígena. Todos os velhos das comunidades sabem contar a história de seus povos. Têm na memória os acontecimentos de suas famílias. Os mitos indígenas nos falam dessa etno-história e também da etno-geografia, etno-matemática, e assim por diante.

Etno-conhecimento quer dizer, portanto, conhecimento próprio de uma etnia, de um povo indígena, conhecimento específico que já existia mesmo antes do contato com os não-índios. Este conhecimento construído, próprio de cada povo, de cada sociedade não é fragmentado, isto é, não é dividido em partes. A matemática, geografia, história não podem ser aprendidas isoladamente mas sim em conjunto, partindo sempre da realidade de cada povo. O assunto escolhido para uma aula aborda todas as matérias: matemática, história, geografia etc... Por exemplo, quando a comunidade ou grupo de pessoas planejam uma caçada, tem que calcular a distância da aldeia até a mata, o tempo necessário para chegar lá; tem que calcular também quantos bichos se quer caçar, a quantidade de comida para o número de pessoas de uma família ou que moram na aldeia. Fazendo estes cálculos, já estão estudando matemática. Para aprender ciências, é importante saber os nomes dos bichos que vamos caçar, qual é o tipo de carne deles, o seu tipo de alimento e assim por diante. Quando se pensa em estudar a geografia usando esse mesmo assunto vamos abordar os seguintes aspectos: que tipo de transporte se usa para ir caçar, se é de canoa, de barco, a pé; se são bichos da capoeira ou da floresta; qual o local melhor para caçar. Para explorar a história, se começa a contar sobre os antigos, como caçavam, que instrumentos usavam; se fala sobre os mitos, os rituais; se contam histórias sobre caçadas etc...

O acontecimento da caçada envolve todas as matérias de que falamos acima. Assim é também com a construção de uma casa, com a festa de iniciação dos meninos ou das meninas e com todos os acontecimentos de uma comunidade. O conhecimento, a sabedoria de cada comunidade indígena, é construído de forma global e integrada.

Os professores indígenas estão pensando que na escola seria melhor, em vez de ensinar cada matéria separadamente, também fazer como se faz nas próprias comunidades: escolher um tema e extrair deste tema as matérias. Por exemplo, no III Encontro do Mato Grosso o povo Umutina escolheu o tema "pescaria". Para trabalhar com este tema, é preciso primeiro nos preparar, reunindo o material da pesca: canoa, remo, anzol, corda, linha, flecha, espingarda, cesto de buriti, beiju, farinha e faca. Nesta fase, pode-se trabalhar com os alunos a história da pescaria, quer dizer, desde como faziam os antigos para pescar até como se faz hoje. Pode-se ensinar também geografia. Os rios Paraguai e Bugres são os rios onde os Umutina pescam, então é ensinada a geografia local: onde nascem esses rios, onde desembocam, qual é o território tradicional dos Umutina. Depois, que tipo de peixe foi pescado, peixes pequenos, grandes, carne branca, carne marrom, mais ou menos gordurosa; como os Umutina classificam os peixes, como os brancos classificam os peixes. Com todas estas perguntas podemos ensinar ciências.



Desenho de Naodsa Kulina.

Os peixes vão ser vendidos nas cidades próximas: é preciso calcular o peso deles e fazer as contas direito para não ser enganado pelo comprador. Isso é matemática. A partir deste tema pode-se pedir aos alunos que façam uma redação em português, para trabalhar texto e gramática. Pode-se mesmo fazer uma pescaria de verdade com os alunos e ficar um mês trabalhando sobre este tema na escola, englobando todas essas matérias a partir dela. Cada comunidade tem seus acontecimentos específicos, então cada escola vai ter uma série de temas, escolhidos pelos alunos em conjunto com os professores, onde todas as matérias vão ser abordadas.

Estes temas são chamados **TEMAS GERADORES**; são geradores porque deles tiramos assuntos para todas as matérias que temos que trabalhar na escola. Cada escola vai escolher seus temas geradores a partir do interesse dos alunos, das crianças ou adultos, junto com os professores e também junto com a comunidade.

CURRÍCULO

"A escola deve ser feita por nós, conservando nossa cultura e nossa língua. É uma história principal e riquíssima a que o índio tem. Então ele deve primeiro conhecer a sua própria história para depois conhecer aquela do branco".

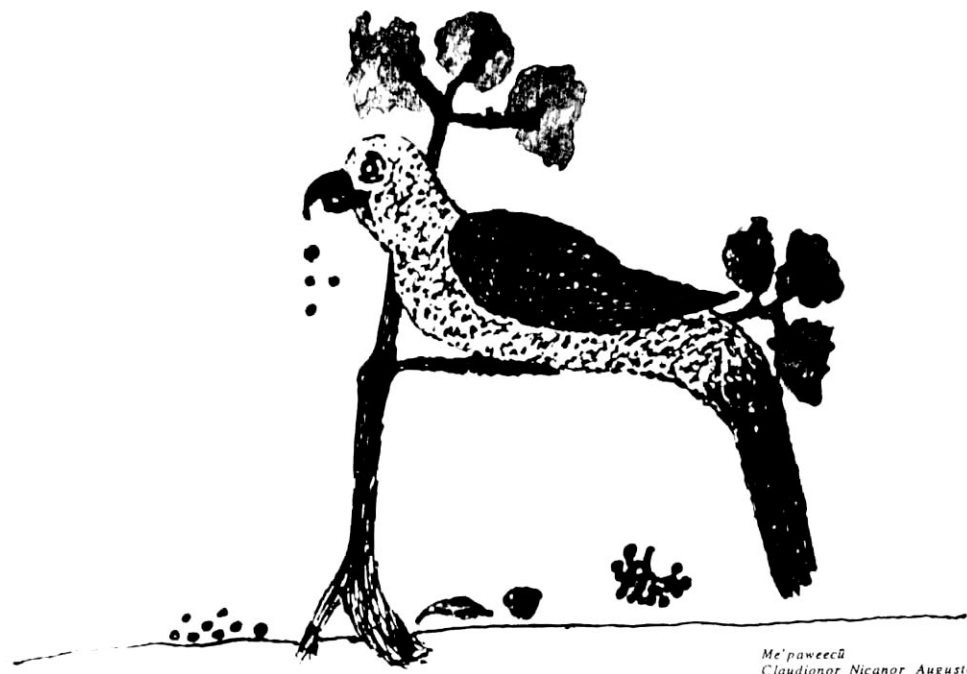
Paulo Bororo

A reflexão dos professores indígenas sobre uma proposta curricular tem amadurecido bastante. Na maioria dos encontros tem se discutido e refletido sobre este assunto.

Na idéia passada pelas Secretarias de Educação e outros órgãos do governo, currículo é a reunião das matérias e o conteúdo destas matérias. Em geral o currículo que se aplica nas escolas é aquele que já vem pronto das Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação. Os professores indígenas não participam da elaboração destes currículos e muito menos são treinados para aplicá-los nas escolas. O que os professores têm discutido é a inadequação destes currículos, que não têm nada

a ver com a realidade das comunidades indígenas. Geralmente são currículos para serem aplicados nas escolas das zonas rurais, incluídas entre elas as escolas indígenas. E muitas vezes vêm para o Norte currículos elaborados no Sul – em São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares – e que não têm nada a ver com a maneira de viver, o jeito de ser dos povos indígenas.

Algumas escolas indígenas já estão elaborando seus próprios currículos diferenciados e específicos para a realidade de cada povo. O currículo deve ser elaborado, então, pelos professores indígenas juntamente com suas comunidades. Como já falamos mais acima, os conhecimentos devem ser ensinados e aprendidos de forma integrada, através dos TEMAS GERADORES. O currículo deve abordar estes temas, escolhidos em conjunto com os alunos, através das matérias envolvidas nestes temas.



Me'pawecũ
Claudionor Nicanor Augusto

Ngo'ü

Ngo'ü nanangõ' i waira.
 Ngo'ü rü name'etchi, rü name i nama'ã
 taa'üna.
 Ngo'ü rü name na nama'ã i taë'ü.
 Ngo'ü rü nanangõ' i po'i rü ui rü tchi'ã.
 Ngo'ü rü tanafe i muca'wama'ã, rü tanamura
 i panerawa rü tanangõ'.

Texto da Cartilha
 Tikuna, editada
 pela Opan e Prelazia
 do Alto Solimões

Metchirena
 Lucinda Manuel Santiago

O que é currículo então? É tudo aquilo que tem relação com o ensino/aprendizagem na escola. Se um jogo de futebol for aproveitado na escola para aprendermos algumas matérias, então ele faz parte do currículo como tema gerador.

Os professores do Amazonas e Roraima, junto com suas assessorias, pensaram em um roteiro para começarem a construir os seus currículos. Este roteiro foi também analisado pelos participantes do III Encontro do Mato Grosso, em Cuiabá, e pode ser utilizado por todos, sendo que é apenas um exemplo, podendo ser melhorado ou elaborado de outra forma.

ROTEIRO DE PESQUISA PARA COMEÇARMOS A PENSAR NA ELABORAÇÃO DOS CURRÍCULOS DE CADA UMA DE NOSSAS COMUNIDADES

- 1 – História do povo.
 - Quem somos nós, índios, de onde viemos e onde vivemos agora?
 - Como é a educação tradicional, a educação que já existia antes dos brancos chegarem?
- 2 – História da escola na aldeia: por que, quando e como surgiu?
- 3 – Necessidade da escola.
 - Por que a educação escolar é necessária?
- 4 – Quais os conhecimentos que a escola deve transmitir para que ela seja realmente escola indígena, voltada para as necessidades da comunidade?
- 5 – Como devem ser ensinados e aprendidos esses conhecimentos?
- 6 – Formas de avaliação: o que se deve fazer para saber se os alunos estão aprendendo?
- 7 – Como deve ser o calendário escolar?
- 8 – Quem deve dirigir, coordenar a escola indígena?
- 9 – Como as famílias da comunidade vão participar da escola?
- 10 – Quais as formas de participação das Secretarias Estadual e Municipal e do Ministério da Educação nas escolas indígenas?
- 11 – Qual a ajuda que outras entidades, organizações indígenas e universidades podem dar?

CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS

“Queremos escolas bilíngües. Queremos um centro para formação de professores índios para o trabalho nas escolas. Queremos que o ensino nas escolas seja voltado à realidade dos nossos povos, ensinando o artesanato, os costumes. Queremos professores índios nas malocas”.

Um professor Wapixana

Ninguém é mais indicado do que os professores indígenas, para assumir as escolas nas áreas indígenas e transmitir os conhecimentos aos alunos. O professor indígena tem mais condições para assumir e desempenhar as tarefas de uma escola onde toda a comunidade pode participar, onde se ensina e se aprende uns com os outros.

Um dos assuntos mais debatidos nos encontros é a questão salarial e a diferença entre professor e monitor. Ainda hoje os órgãos do governo, através da Funai, Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, diferenciam o professor índio chamando-o de **monitor** e o não-índio de **professor**. Considerando os índios como monitores, os órgãos governamentais não os contratam, e

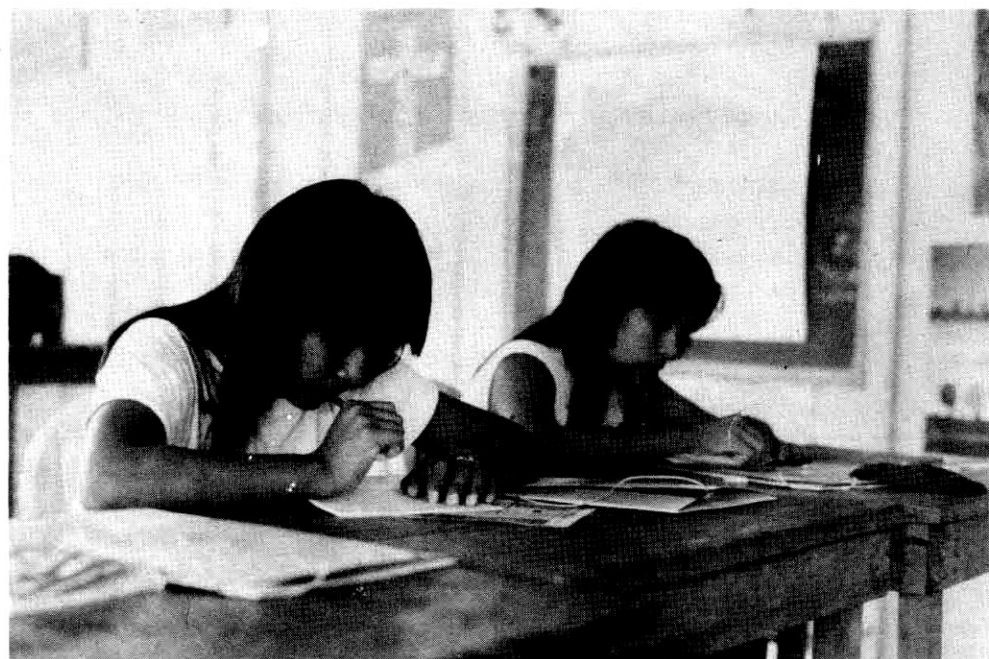
quando o fazem pagam salários abaixo dos salários dos professores não-índios. Cria-se assim uma divisão, que desrespeita a capacidade que os índios têm para ensinar, uma vez que eles já conhecem a "pedagogia" indígena e possuem os conhecimentos tradicionais de suas culturas.

Diante desse quadro, os professores vem refletindo e discutindo este assunto, percebendo que são manipulados e tratados muitas vezes como incapazes. Por serem conhecedores de suas próprias comunidades e de suas próprias culturas, estão naturalmente melhor capacitados para desenvolverem um trabalho de educação escolar do que um professor não-índio, que chegando à aldeia terá que se adaptar e aprender primeiro a língua indígena, para poder ensinar.

No I Encontro do Mato Grosso, os participantes colocaram esta questão da seguinte forma:

- deve ser reconhecida a categoria de professores indígenas;
- os professores das escolas indígenas (índios e não-índios) têm que ter formação especializada;
- os salários dos professores indígenas devem ser unificados em todo o país;
- toda a comunidade, não somente o cacique (tuxaua, capitão), é que deve escolher quem vai ser o professor.

Luis Donizete Grupioni

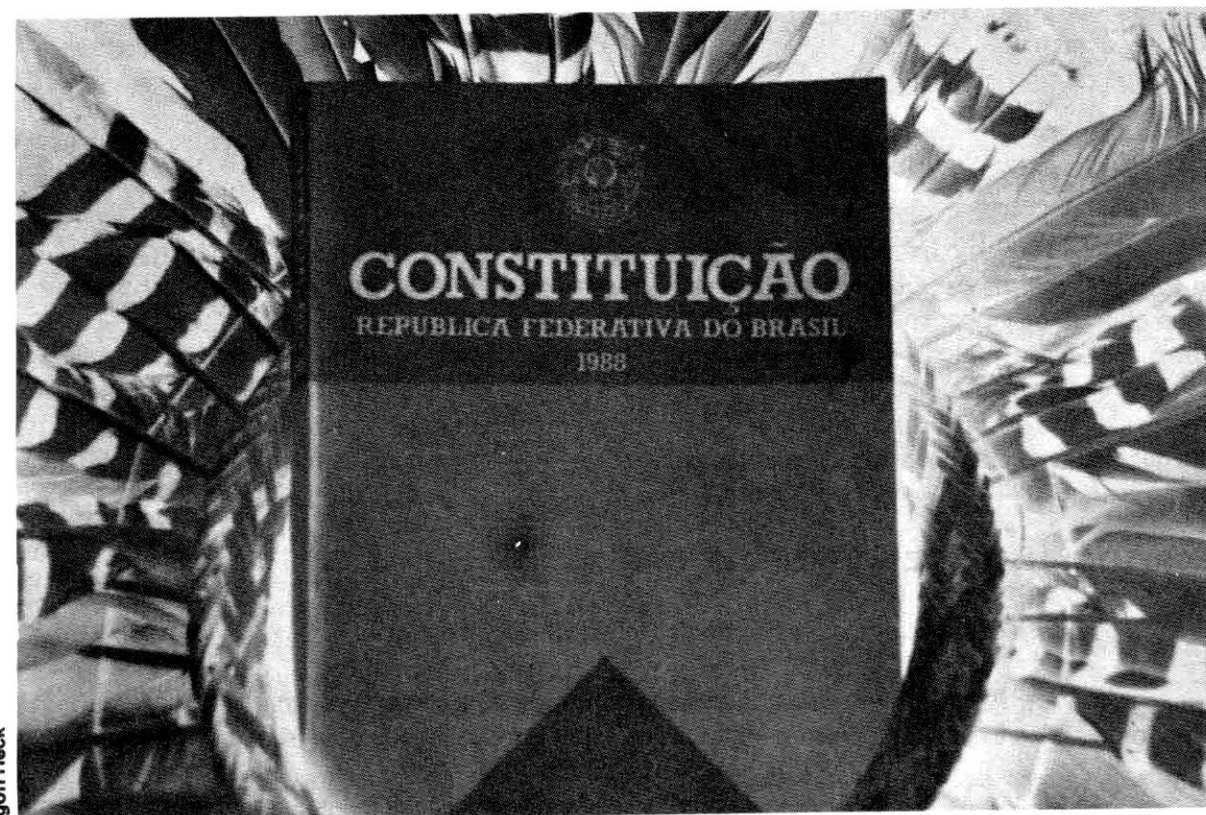


Participantes do I Encontro de Professores Indígenas de Rondônia.

Reforçando as colocações acima, os professores indígenas reunidos no I Encontro de Roraima reivindicaram como prioridade a criação de cursos específicos para professores falantes e não falantes das línguas indígenas. Reivindicaram também a contratação destes professores não-índios e assessores, e sua autorização pelo Conselho Estadual de Educação. Nesse mesmo encontro todos os professores indígenas exigiram uma escola diferenciada da escola dos não-índios, que seja bilíngüe e voltada para a realidade de cada comunidade. Pedem que os professores sejam índios, porque possuem maior entrosamento com a comunidade, e querem que os professores indígenas tenham igual salário ao dos não-índios, independente do grau de escolaridade. Reivindicaram ainda cursos de formação que garantam a eles a habilitação para o magistério.

Os Ticuna no I Encontro do Amazonas e Roraima dizem assim: **"Sem a capacitação não podemos fazer nada para a nossa comunidade, para os alunos. Precisamos de uma orientação mais avançada para alcançar aquilo que queremos"**.

4 A Legislação Brasileira e a Educação



Egon Heck

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte conseguiu-se incluir um dispositivo sobre educação escolar indígena no capítulo da Educação. No parágrafo 2 do artigo 210 está estabelecido que: "O ensino fundamental regular será administrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem".

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

Está em tramitação, na Câmara dos Deputados desde 1988, a lei que regulamenta a educação e o ensino no país – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Está estabelecido na Constituição Federal, que ela é a lei maior do Brasil no assunto de educação. Esta LDB regulamentará todas as escolas do Brasil, assegurando às comunidades indígenas uma educação específica e diferenciada, bem como garantindo a sua participação na elaboração de currículos e regimentos escolares.

A proposta da lei encontra-se em várias Comissões na Câmara. Depois das Comissões, ela irá ao plenário da Câmara e em seguida será remetida ao Senado Federal para a revisão. Este tipo de lei tão ampla não pode demorar muito, mas também não deve ser feita às pressas.

A participação dos professores indígenas na elaboração e acompanhamento da LDB, tem sido muito marcante e importante. Diversos documentos foram produzidos nos Encontros e enviados aos parlamentares, fazendo propostas sobre a educação escolar indígena. A maioria das sugestões nos documentos apelam para reverter o quadro de preconceitos e discriminação existente em torno da questão indígena. Os professores de Rondônia escreveram: "Queremos a colaboração dos senhores senadores para que respeite os índios e suas culturas nas escolas não-indígenas e nos livros didáticos. A sociedade envolvente deve ser educada no sentido de abolir a discriminação histórica manifestada constantemente, nas suas relações com os povos indígenas".

Os documentos finais dos Encontros de professores indígenas foram sempre encaminhados aos senadores, deputados e entidades de apoio.

É importante reconhecer também a participação de dezenas de entidades educacionais e instituições da sociedade civil, bem como dos órgãos governamentais. Entidades e organizações estabeleceram uma articulação em função da elaboração da LDB e se fizeram presentes em diferentes momentos da discussão da nova lei.

DOCUMENTO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL (GTI)

O governo brasileiro em 1990 convocou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) – formado por pessoas de diversos Ministérios e representantes da Funai – pelo Decreto nº 99.405/90, com o objetivo de propor linhas de ação para a política indigenista do governo Collor. O documento final do GTI é insatisfatório e pouco responsável, ao fazer propostas inaceitáveis quanto à demarcação das terras indígenas e à emancipação automática dos índios. No que se refere à educação escolar, ele desconsidera o princípio básico que deve nortear todo e qualquer trabalho nesta área: a autoria e auto-gestão dos processos educativos pelos professores indígenas e suas comunidades.

DECRETO Nº 26, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1991

Com este decreto, o presidente da República determina que:

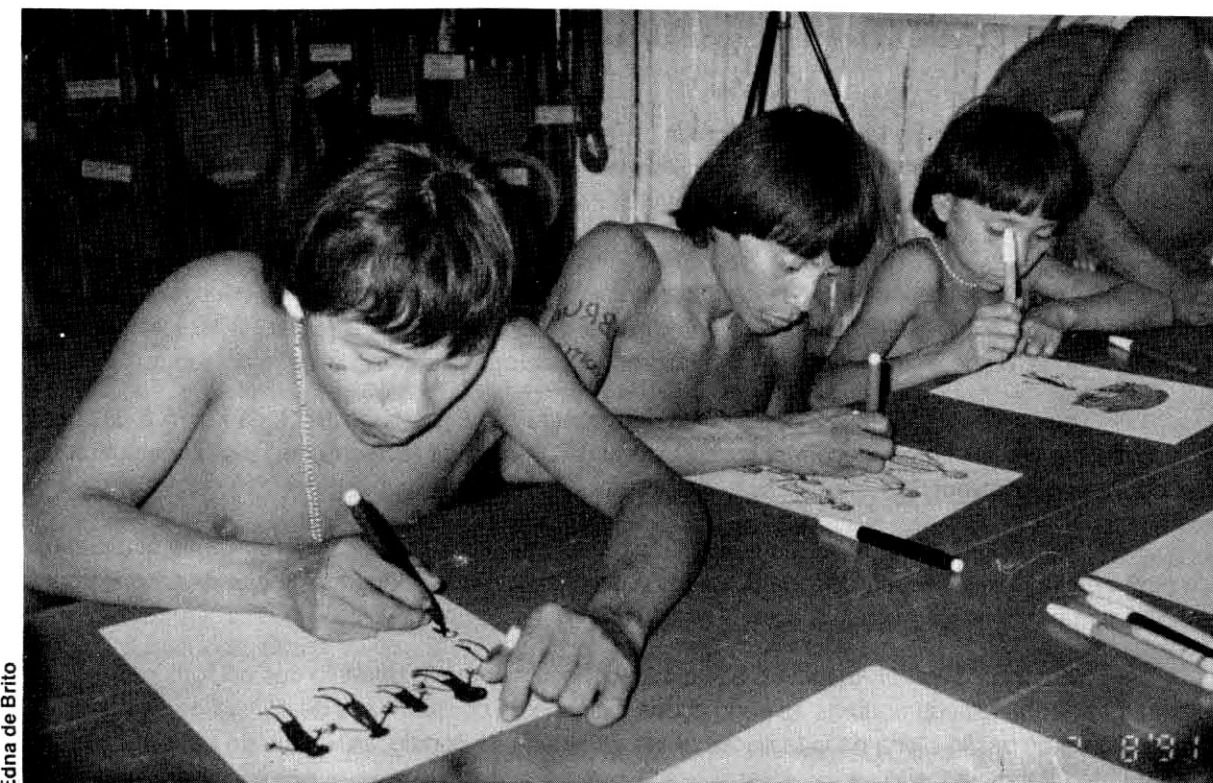
"Art. 1º – Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a Funai".

Art. 2º – As ações previstas no art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação

dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 559, DE 16 DE ABRIL DE 1991

Os ministros da Justiça e da Educação assinaram esta portaria, que estabelece que as ações educacionais escolares destinadas às populações indígenas serão fundamentadas no reconhecimento de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições e nos seus processos próprios de transmissão do saber. Este documento incorpora as reflexões, conclusões e sugestões formuladas nestes últimos anos pelos professores indígenas, suas comunidades, entidades de apoio, órgãos públicos e universidades, e por isso mesmo o documento é bastante bom, embora muita coisa ainda deva ser esclarecida, definida e melhor formulada.



Edna de Brito

Alunos Yanomami da escola indígena da Missão Catrimani (RR).

Assim, professores indígenas, o trabalho de vocês deve continuar. É através dessa participação sempre mais ativa e efetiva que as leis, que se referem aos povos indígenas podem ser melhoradas e, o que é mais importante ainda, respeitadas.

ANEXO 1

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 559, DE 16 DE ABRIL DE 1991

Os Ministros de Estado da Justiça e da Educação, no uso de suas atribuições, e considerando:

que, historicamente, no Brasil, a educação para as populações indígenas tem servido como instrumento de aculturação e destruição das respectivas etnias, reivindicando todos os grupos indígenas, hoje, uma escolarização formal com características próprias e diferenciadas, respeitadas e forçadas suas especificidades culturais;

que a Constituição de 1988, especialmente através do § 2º do artigo 210, garante ao índio esse direito;

que com tais conquistas as escolas indígenas deixarão de ser um instrumento de imposição de valores e normas culturais da sociedade envolvente, para se tornarem um novo espaço de ensino-aprendizagem, fundada na construção coletiva de conhecimentos, que reflita as expectativas e interesse de cada grupo étnico;

que o objetivo dessa ação intergovernamental é garantir que as ações educacionais destinadas às populações indígenas fundamentem-se no reconhecimento de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições e nos seus processos próprios de transmissão do saber;

que a educação indígena, por força da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 e em decorrência do Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991, constitui um dever do Estado resolvem:

Art. 1º – Garantir às comunidades indígenas uma educação escolar básica de qualidade, laica e diferenciada, que respeite e fortaleça seus costumes, tradições, línguas, processos próprios de aprendizagem e reconheça suas organizações sociais.

Art. 2º – Garantir ao índio o acesso ao conhecimento e o domínio dos códigos da sociedade nacional, assegurando-as às populações indígenas a possibilidade de defesa de seus interesses a participação plena na vida nacional em igualdade de condições, enquanto etnias culturalmente diferenciadas.

Art. 3º – Garantir o ensino bilíngüe nas línguas materna e oficial do país, atendidos os interesses de cada grupo indígena em particular.

Art. 4º – Criar, no Ministério da Educação, uma Coordenação Nacional de Educação Indígena, constituída por técnicos do Ministério e especialistas de órgãos governamentais, organizações não governamentais afetas à educação indígena e universidades, com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da Educação Indígena no País.

§ 1º – A Coordenação apresentará, no prazo de dias, documento detalhado de como se desenvolverão todas as ações do Ministério, em relação à questão em pauta.

§ 2º – A Coordenação deverá considerar, nas suas ações, os estudos, pesquisas antropológicas e linguísticas que contribuam para a melhoria da prática educativa dirigida às populações indígenas, especialmente ao registro e sistematização de seus etno-conhecimentos, e à investigação de seus processos cognitivos de transmissão e assimilação do saber.

Art. 5º – Estimular a criação de Núcleos de Educação Indígena nas Secretarias Estaduais de Educação, com a finalidade de apoiar e assessorar as escolas indígenas.

Parágrafo único – Esses núcleos deverão contar com a participação de representantes das comunidades indígenas locais atuantes na educação, de organizações governamentais e não governamentais afetas à educação indígena e de Universidades.

Art. 6º – Garantir, no orçamento dos diversos órgãos envolvidos, recursos financeiros destinados às ações de educação escolar nas áreas indígenas, sendo que a aplicação dos recursos repassados às secretarias de Educação será acompanhada pela Coordenação Nacional.

Art. 7º – Determinar que os profissionais responsáveis pela educação indígena, em todos os níveis, sejam preparados e capacitados para atuar junto às populações étnicas e culturalmente diferenciadas.

§ 1º – Nesse sentido deverão ser mantidos e executados programas permanentes de formação, capacitação e especialização de recursos humanos para atuação junto às comunidades indígenas.

2º – É garantido, preferencialmente, o acesso do professor índio a esses programas permanentes.

Art. 8º – Determinar que, no processo de reconhecimento das escolas destinadas às comunidades indígenas, sejam consideradas, na sua normatização, as características específicas da educação indígena no que se refere a:

- conteúdos curriculares, calendário, metodologias e avaliação adequados à realidade sócio-cultural de cada grupo étnico;
- materiais didáticos para o ensino bilíngüe, preferencialmente elaborados pela própria comunidade indígena, com conteúdos adequados às especificidades sócio-culturais das diferentes etnias e à aquisição do conhecimento universal;
- cumprimento das normas legais e respeito ao ciclo de produção econômica e às manifestações sócio-culturais das comunidades indígenas;
- funcionamento de escolas indígenas de ensino fundamental no interior das áreas indígenas, a fim de não afastar o aluno índio do convívio familiar e comunitário;
- construção das escolas nos padrões arquitetônicos característicos de cada grupo étnico.

Art. 9º – Garantir aos alunos indígenas condição para continuidade de escolarização, nas demais escolas do sistema nacional de ensino quando for oferecido o ensino do 2º grau no interior das áreas indígenas.

Art. 10 – Assegurar, através da Fundação de Assistência ao Estudante, a publicação e distribuição do material didático pedagógico previsto no artigo anterior.

Art. 11 – Garantir a inclusão das ações de Educação Indígena no Plano Nacional de Educação.

Art. 12 – Garantir isonomia salarial entre professores índios e não-índios, respeitadas as qualificações profissionais e vantagens específicas.

Art. 13 – Determinar à Secretaria Nacional de Educação Básica, à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica e à Secretaria Nacional de Educação Superior, a revisão da imagem do índio, historicamente distorcida, divulgando-a na rede de ensino, através de literaturas didáticas.

Art. 14 – Colocar, à disposição das populações indígenas, as informações necessárias à defesa, preservação e proteção das suas reservas, assim como à valorização do seu saber sobre o tema.

Art. 15 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jarbas Passarinho
Ministro da Justiça

Carlos Chiarelli
Ministro da Justiça

ANEXO 2

PRIMEIRO ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO INDÍGENA DO MATO GROSSO

Nós, os participantes do I Encontro Estadual de Educação Indígena do Mato Grosso, realizado na Aldeia Salto da Mulher, área indígena Paresi, MT, de 7 a 11 de maio de 1989, com a participação de 12 nações, somando 34 professores, e representantes do Núcleo de Educação Indígena/MT e do Ministério da Cultura/SPHAN-Pró-Memória, visando atingir os objetivos do Encontro – “Encaminhar propostas para uma Política Nacional de Educação Indígena para garantir os direitos de uma nova educação específica e diferenciada que respeite a cultura e auto-determinação dos Povos Indígenas” – discutimos a problemática da educação escolar hoje existente nas áreas indígenas e chegamos às seguintes conclusões:

1. A educação escolar indígena deve ser vinculada aos órgãos federais de Educação e Cultura, que devem criar organismos e recursos próprios específicos para tratar desta questão.
2. É urgente criar condições para que as escolas de áreas indígenas sejam, de fato, bilíngües e interculturais, o que implica, entre outras exigências: a capacitação especializada de professores indígenas e não-indígenas; o desenvolvimento de currículos e programas diferenciados e metodologias adequadas para todo o processo de ensino-aprendizado, especialmente da língua indígena e do português; uma política de publicação sistemática de materiais didático-pedagógicos, indígenas e bilíngües; a isonomia salarial entre professores índios e não-índios, independente do grau de escolaridade; e o fortalecimento da organização social, costumes, crenças e língua de cada povo.
3. A sociedade envolvente deve ser educada no sentido de abolir a discriminação histórica manifestada constantemente, nas suas relações com os povos indígenas.

Aldeia Salto da Mulher, MT, 11 de maio de 1989.

ANEXO 3

I ENCONTRO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DE RORAIMA Surumu, 26, 27, 28 de outubro de 1990

Foi realizado nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 1990 em Surumu o Primeiro Encontro dos Professores Indígenas de Roraima, onde participaram 84 professores representando quatro povos diferentes (Macuxi, Wapichana, Tãurenpanã e Ingarikó) com o apoio do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Durante o encontro foi debatido, discutido o projeto de Lei da LDB aprovado em junho de 1990, na Comissão de Educação Cultura e Desportos da Câmara. E deste debate foram encaminhadas as seguintes sugestões:

- 1º) Os programas de ensino e pesquisas devem ser elaborados com a participação efetiva dos professores e comunidades indígenas.
- 2º) Que não seja exigido o nível superior para lecionar nas comunidades indígenas que assim estaria excluindo professores índios que já trabalham nas mesmas e que não possuem este requisito.

ANEXO 4

DOCUMENTO DO I ENCONTRO DE PROFESSORES INDÍGENAS DE RONDÔNIA

Nós, professores indígenas reunidos no I Encontro de Professores Indígenas do Estado de Rondônia, de 4 a 8 de novembro de 1990, realizado em Piraculina – Vilhena (RO), com a participação de 17 professores de 13 povos indígenas: Nambikuara (Kituãulu), Tupari, Cinta Larga, Suruí, Karitiana, Gavião, Arara, Jaboti, Tenharin, Terena, Aikanã, Parintintin, Uru-eu-wau-wau, encaminhamos sete documento aos senhores senadores, para dizer o seguinte:

1. Queremos que as nossas escolas sejam mesmo bilíngües e interculturais.
2. Queremos que a carga horária, o programa, o calendário, as férias, a avaliação de cada escola sejam feitos de acordo com a decisão de cada comunidade.
3. Precisamos de recursos para imprimir os materiais didáticos que vamos produzir em nossas escolas com os alunos e toda a comunidade.
4. Precisamos de cursos especiais para nossa formação e aperfeiçoamento.
5. O salário dos professores índios deve ser igual ao dos professores não-índios.
6. Achamos que a saúde também faz parte da educação, e por isso precisamos de cursos especiais e de todos os recursos necessários.
7. Estamos preocupados com a demarcação e homologação das terras indígenas e com a preservação do nosso meio ambiente.
8. Queremos a colaboração dos senhores senadores para que se respeite os índios e suas culturas nas escolas não indígenas e nos livros didáticos.

Piraculina, 8 de novembro de 1990.

ANEXO 5

DOCUMENTO FINAL DOS ENCONTRO DE PROFESSORES INDÍGENAS DE MATO GROSSO (3 a 10/11/90)

Grupos indígenas presentes no encontro:

- PARECI
- MUNDURUKU
- APIAKÁ
- TAPIRAPÉ
- NAMBIKUARA
- KAYABI
- IRANTXE
- UMUTINA

1. A escola que nós temos

Os grupos Umutina, Pareci e Irantxe têm escolas municipais, iguais às do branco, com calendário, currículo e regime de funcionamento feitos pelas Secretarias Municipais de Educação. Alguns professores são contratados pelos municípios (Barra do Bugres, Campo Novo dos Pareci, Brasnorte, Tangará da Serra), uma pela Funai e um professor recebe por serviços prestados.

Os grupos Kayabi, Apiaká e Munduruku têm escolas que funcionam como salas anexas a uma escola estadual (município de Juara) obedecendo ao currículo, calendário e regime de funcionamento desta escola estadual. Os professores não são contratados; recebem do município uma gratificação de um salário mínimo.

O grupo Nambikuara, nos municípios de Comodoro e Vila Bela possuem só prédios para escolas, mas não tem nenhum professor indígena contratado. No município de Campo Novo dos Pareci funciona na Aldeia 3 Jacu uma escola municipal num galpão, com uma professora indígena contratada pelo município. O calendário e o currículo são os mesmos fornecidos pelo município.

O grupo Tapirapé tem uma escola estadual do prezinho à 7ª série. O método de educar os alunos é no próprio idioma e com currículo próprio. Os professores são contratados pelo Estado.

2. A escola que nós queremos ter

Queremos ter escolas diferenciadas das escolas dos brancos; que a nossa escola seja bilíngüe; que o currículo seja elaborado pelas próprias comunidades em cada aldeia.

Queremos que ela seja voltada para a realidade de cada comunidade indígena.

Queremos que os currículos específicos que serão elaborados pelas comunidades possam ter assessoria de não-índios que conheçam a realidade de cada grupo indígena.

Queremos que os professores das nossas escolas sejam índios porque têm um maior entrosamento com a comunidade, porque conhecem a realidade em que vivem as pessoas da comunidade, porque os professores não-índios não conseguem ficar morando muito tempo na aldeia.

Queremos que os professores indígenas tenham o salário igual ao dos professores não-índios, independente do grau de escolaridade.

Vimos também que a merenda escolar muitas vezes é inadequada ao tipo de alimentação que as comunidades indígenas costumam ter. Queremos ter a possibilidade de, em vez de merenda, recebermos sementes para que a escola possa plantar uma roça ou horta, ou recebermos uma verba para criação de galinha ou porcos para a escola.

3. O que deve ser feito para termos uma escola realmente indígena

A Secretaria Estadual de Educação e as Secretarias Municipais de Educação devem acompanhar e assessorar a elaboração dos currículos de cada município. As equipes técnicas das Secretarias devem ser capacitadas para esse trabalho de assessoramento.

Nós, os professores indígenas queremos cursos de formação que nos garantam habilitação para o magistério.

Queremos a publicação do material didático produzido pelas escolas indígenas e comunidades; e queremos adotar uma metodologia nas escolas, voltada para os interesses das nossas comunidades.

Cuiabá, 10 de novembro de 1990.

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO AMAZONAS E RORAIMA

Os professores indígenas do Amazonas e Roraima, dos povos Sateré-Maué, Tukano, Baniwa, Tikuna, Taurepang, Macuxi, Miranha, Kambeba, Mayoruna, Mura, Kokama, Baré, Marubo, Waimiri-Atroari, Wapixana, Yanomani e Pira-Tapuia, reunidos em Manaus, AM, nos dias 12, 13, 14, 15 e 16 de julho de 1991, preocupados com a situação atual e futura das escolas indígenas, firmam os seguintes princípios:

- 1 – As escolas indígenas deverão ter currículos e regimentos específicos, elaborados pelos professores indígenas, juntamente com suas comunidades, lideranças, organizações e assessorias.
- 2 – As comunidades indígenas devem, juntamente com os professores e organizações, indicar a direção e supervisão das escolas.
- 3 – As escolas indígenas deverão valorizar as culturas, línguas e tradições de seus povos.
- 4 – É garantido aos professores, comunidades e organizações indígenas a participação paritária em todas as instâncias – consultivas e deliberativas de órgãos públicos governamentais responsáveis pela educação escolar indígena.
- 5 – É garantida aos professores indígenas uma formação específica, atividades de reciclagem, e capacitação periódica para o seu aprimoramento profissional.
- 6 – É garantida a isonomia salarial entre professores índios e não-índios.
- 7 – É garantida a continuidade escolar em todos os níveis aos alunos das escolas indígenas.
- 8 – As escolas indígenas deverão integrar a saúde em seus currículos, promovendo a pesquisa, promovendo a pesquisa da medicina indígena e o uso correto dos medicamentos alopáticos.
- 9 – O Estado deverá equipar as escolas com laboratórios onde os alunos possam ser treinados para desempenhar papel esclarecedor junto às comunidades no sentido de prevenir e cuidar da saúde.
- 10 – As escolas indígenas serão criativas, promovendo o fortalecimento das artes como formas de expressão de seus povos.
- 11 – É garantido o uso das línguas indígenas e dos processos próprios de aprendizagem nas escolas indígenas.
- 12 – As escolas indígenas deverão atuar junto às comunidades na defesa, conservação, preservação e proteção de seus territórios.
- 13 – Nas escolas dos não-índios será corretamente tratada e veiculada a história e cultura dos povos indígenas brasileiros, a fim de acabar com os preconceitos e o racismo.
- 14 – Todos os municípios e Estados onde houver escolas e professores indígenas devem dar apoio e material aos encontros e reuniões dos professores indígenas, quando forem realizados em áreas indígenas, e propiciar toda a infra-estrutura necessária, inclusive cedendo locais, quando forem realizados nas cidades.
- 15 – O sistema de ensino das escolas indígenas deverá ser o federal.

Manaus, 16 de julho de 1991.

II ENCONTRO DE PROFESSORES E LIDERANÇAS GUARANI KAIOWÁ SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Conforme o último documento elaborado no Encontro de Professores e Lideranças Guarani Kaiowá, na Vila São Pedro, nós professores novamente reunidos nos dias 7, 8, 9 e 10 de novembro de 1991 na aldeia Limão Verde, queremos expressar e firmar a necessidade urgente que nossas propostas sobre uma educação escolar indígena diferenciada sejam asseguradas como direito, e que este direito conquistado seja reconhecido e respeitado e apoiado pelos órgãos públicos e organizações não-governamentais.

– Os currículos devem respeitar os costumes e tradições das comunidades Guarani Kaiowá e devem ser elaborados pelos próprios professores junto com as lideranças e comunidades.

– Os professores Guarani Kaiowá devem ser escolhidos por cada comunidade, junto com suas lideranças, devem ter uma capacitação específica, não exigindo as mesmas qualificações dos brancos.

– As nossas escolas devem ensinar o *nhandereko* (nosso jeito de viver, nossos costumes, crenças, tradições, e nosso jeito de educar nossos filhos), de acordo com nosso jeito de trabalhar e com nossas organizações.

– As escolas Guarani Kaiowá devem ter seus próprios regimentos, elaborados pelos próprios professores junto com a comunidade e lideranças.

– Os Municípios, o Estado e a União devem aceitar e seguir as propostas apresentadas pelos professores e lideranças Guarani Kaiowá em seus (municípios, Estado e União) programas educacionais.

– Os Municípios, o Estado e a União têm a obrigação de suprir as necessidades das escolas Guarani Kaiowá (merenda escolar, material escolar e material permanente).

– Que as iniciativas escolares próprias das comunidades Guarani Kaiowá sejam reconhecidas e apoiadas pelos municípios, Estado e União, independentemente de terem seus currículos e regimento já elaborados.

Tendo em vista que já existem Leis que garantem uma escola diferenciada para cada povo indígena, de acordo com sua cultura e suas necessidades, conforme a nova Constituição Federal e a Portaria Interministerial nº 559 (atualmente em vigor), pedimos que a sociedade não índia, principalmente as autoridades, respeitem as nossas decisões.

Aldeia Limão Verde, Amambai, 10 de novembro de 1991.

QUADRO CRONOLÓGICO DOS ENCONTROS

EVENTOS	DATA	LOCAL	POVOS
I Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima	15 a 18/10/88	Manaus-AM	Tikuna, Sateré-Mauê, Makuxi, Wapixana, Kokama, Marubo, Kambeba, Mayoruna, Baniwa, Desano, Tukano, Pira-Tapuia, Munduruku.
Curso/Encontro dos Professores Indígenas do Oiapoque	1 a 12/3/89	Aldeia do Manga Oiapoque-AP	Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur
I Encontro Estadual de Educação Indígena do Mato Grosso	7 a 11/5/89	Aldeia Salto de Mulher, A.I. Paresi-MT	Karajá, Xavante, Bororo, Bakairi, Paresi, Kayabi, Apiaká, Munduruku, Rikbaktsa, Nambikuara, Terena, Tikuna.
II Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima	11 a 15/7/89	Manaus-AM	Tikuna, Kokama, Kambeba, Makuxi, Mayoruna, Wapixana, Sateré-Mauê, Tariano, Desano, Baniwa, Tukano, Manchineri.
II Encontro dos Professores Indígenas do Mato Grosso	14 a 18/8/89	P.I. Aroeira, A.I. Nambikuara-MT	Bakairi, Paresi, Nabikuara, Kayabi, Bororo, Xavante, Rikbaktsa, Apiaká, Munduruku.
III Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima	19 a 22/7/90	Manaus-AM	Tukano, Tikuna, Tariano, Pira-Tapuia, Desano, Baniwa, Marubo, Mayoruna, Kambeba, Kokama, Baré, Sateré-Mauê, Yanomami.
I Encontro dos Professores Terena	22 a 24/8/89	Campo Grande-MS	Terena.
I Encontro dos Professores Indígenas de Roraima	26 a 28/10/90	Aldeia Surumu-RR	Makuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó.
I Encontro dos Professores Indígenas de Rondônia	3 a 8/11/90	Vilhena-RO	Karitiana, Parintintim, Gavião, Uru-eu-wau-wau, Arara, Cinta Larga, Suruf, Tupari, Nambikuara, Kitãulu, Aikana, Sabanê, Terena.
III Encontro dos Professores Indígenas do Mato Grosso	3 a 10/11/90 (1ª etapa) 11 a 12/11/90 (2ª etapa)	Várzea Grande-MT Cáceres-MT	Paresi, Nambikuara, Kayabi, Apiaká, Munduruku, Iranxe, Umutina.
I Encontro dos Professores Indígenas e não-indígenas do Mato Grosso do Sul.	2/91	Mato Grosso do Sul	Terena, Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva.
I Curso dos Professores Indígenas de Rondônia	13 a 24/4/91	Vilhena-RO	Tenharim, Parintintim, Karitiana, Cinta Larga, Nengorotê, Sabanê, Suruf, Jaboti, Tupari.

QUADRO CRONOLÓGICO DOS ENCONTROS

EVENTOS	DATA	LOCAL	POVOS
Curso dos Professores Indígenas do Mato Grosso	3 a 10/5/91	Aldeia Xavante-MT	Xavante, Bororo, Rikbaktsa, Tapirapé, M'ÿky.
I Encontro de Professores e Lideranças Guarani Kaiowá	7 a 9/6/91	Vila São Pedro/Dourados-MS	Guarani Kaiowá.
Encontro dos Professores Terena	12 a 14/7/91	Aquidauana-MS	Terena
IV Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima	12 a 16/7/91	Manaus-AM	Mura, Kokama, Mayoruna, Makuxi, Wapixana, Miranha, Ticuna, Taurepang, Kambeba, Pira-Tapuia, Yanomami, Saterê-Maué, Baniwa, Waimiri-Atroari.
II Encontro dos Professores Indígenas de Roraima	2 a 7/10/91	Maloca da Raposa-RR	Makuxi e outros.
II Encontro dos Professores e Lideranças Guarani Kaiowá	7 a 10/11/91	Aldeia Limão Verde, Amambai-MS	Guarani Kaiowá
VI Curso de Professores Indígenas Kulina	1 a 29/11/91	Rio Branco-AC	Kulina do Alto Purus, Alto Envira, Envira, Juruá.
Curso para Professores Indígenas Tapirapé	9 a 20/12/91	Aldeia Tapirapé-MT	Tapirapé

ASSESSORIAS AOS ENCONTROS DE PROFESSORES INDÍGENAS

Todos esses encontros e cursos de professores indígenas vêm contando com assessorias de diferentes pessoas. Vamos colocar aqui os nomes e endereços de algumas pessoas e entidades que têm acompanhado este movimento:

- SEPEEI – Seminário Permanente de Educação e Estudos Indígenas
Ruth Maria F. Monserrat
Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Av. Brigadeiro Trompowski, s/n.
Cidade Universitária – Ilha do Fundão
Rio de Janeiro – RJ
- MARI – Grupo de Educação Indígena
Departamento de Antropologia – Universidade de São Paulo – USP
Caixa Postal 8.105
05508 – São Paulo – SP
Isabelle Vidal Gianini
Luís B. Grupioni
Mariana Leal Ferreira
Marta Maria Azevedo
- Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Departamento de Matemática – Marineuza Gazeta
Eduardo Sebastiani
Departamento de Antropologia – Márcio Silva
Caixa Postal 6.110 – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
13.081 – Campinas – SP
- Comissão Pró Índio de Roraima – CPI/RR
Loretta Emiri
Caixa Postal 107
69.300 – Boa Vista – RR
- Universidade Federal de Santa Maria
Aldema Trindade
Rua Venâncio Aires, 2086
97.100 – Santa Maria – RS
- Escola Tapirapé
Eunice Dias de Paula
Caixa Postal 05
78.395 – Santa Terezinha – MT
- Outras Universidades, equipes das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e demais companheiros dos setores de educação dos diversos regionais do Cimi.

Leituras Recomendadas

CABRAL, Ana Suely A.C.; MONSERRAT, Ruth M.F. e MONTE, Nietta L., **Por uma Educação Indígena Diferenciada**, Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

CIMI NORTE II, **Educação**, Mensageiro Estudo nº 3, Belém, 1988.

EMIRI, L. e MONSERRAT, R., **A Conquista da Escrita – Encontro de Educação Indígena**, São Paulo, Ed. Iluminuras, 1989.

MELIÀ, Bartomeu, **Educação Indígena e Alfabetização**, São Paulo, Ed. Loyola, 1979.

PORTARIA nº 559, de 16 de abril de 1991, Diário oficial, Brasília, 17/04/91.

Relatório do I Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus, 1988.

Relatório do II Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus, 1989.

Relatório do III Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus, 1990.

Relatório do IV Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, Manaus, 1991.

Relatório do I Encontro dos Professores Indígenas de Roraima, Aldeia Surumu, 1990.

Relatório do II Encontro dos Professores Indígenas de Roraima, 1991, in Porantim, nº 143, Brasília, pág. 12.

Relatório do Curso/Encontro dos Professores Indígenas do Oiapoque, 1989.

Relatório do I Encontro Estadual de Educação Indígena do Mato Grosso, aldeia Salto da Mulher, 1989.

Relatório do II Encontro dos Professores Indígenas do Mato Grosso, P.I. Aroeira, 1989.

Relatório do III Encontro dos Professores Indígenas do Mato Grosso, Cuiabá, 1990.

Relatório do Curso dos Professores Indígenas do Mato Grosso, Aldeia Xavante, 1991.

Relatório do Encontro dos Professores Terena, Campo Grande, 1990.

Relatório do II Encontro dos Professores Indígenas e Lideranças Guarani Kaiowá, Amambai, 1991.

Relatório do Curso/Encontro para Professores Indígenas Guarani Kaiowá, Dourados, 1991.

Relatório do I Encontro dos Professores Indígenas Guarani Kaiowá, Dourados, 1991, in Porantim, nº 139, Brasília, pág. 13.

Relatório do I Encontro dos Professores Indígenas de Rondônia, Vilhena, 1990.

Relatório do I Curso dos Professores Indígenas de Rondônia, in Mensageiro, nº 72, 1991, Belém, pág. 7.

Relatório do I Curso para Formação de Monitores de Alfabetização em Língua Kulina, Acre, 1985, in "A Conquista da Escrita", 1989, São Paulo, pág. 88.

Relatório do II Curso de Formação e Reciclagem de Monitores, Acre, 1987, in "A Conquista da Escrita", 1989, São Paulo, pág. 91.

* Cópias destes textos podem ser solicitados ao Setor de Documentação da Secretaria Nacional do Cimi, em Brasília.